

Debater

Casa

da Cidadania

LISBOA

Migrações e Demografia em Lisboa Políticas e Prospectiva

Debate Temático

21 de Abril - 2 de Junho

Relatório final

Dezembro de 2015

Relatório Global

Assunto: Debate Temático **Demografia e Migrações**

Data: ABR, MAI e JUN 2015

1.ª Sessão: Moderador/a: DM José Maximiano Leitão
Relatores: DM João de Magalhães Pereira
DM José Roque Alexandre
Data: 21ABR15

2.ª Sessão: Moderador/a: DM Floresbela Pinto
Relatores: DM Miguel Santos
DM José Moreno
Data: 05MAI15

3.ª Sessão: Moderador/a: DM João de Magalhães Pereira
Relatores: DM João Diogo Moura
DM Isabel Pires
Data: 19MAI15

4.ª Sessão: Moderador/a: DM Helena Roseta
Relatores: DM Ana Páscoa
DM Floresbela Pinto
Data: 23JUN15

A 1.ª Sessão

A Sessão foi moderada pelo Deputado Municipal **José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão**, 1º Secretário da Mesa Assembleia Municipal e contou com a participação dos seguintes oradores convidados:

Joana Lopes Martins: Investigadora da SociNova Migrações, membro do projecto PORDATA;

Jorge Malheiros: Prof. Universitário e Especialista em Migrações – IGOT – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa;

Manuel Correia: Representante da CGTP-IN no Conselho para as Migrações; dirigente da Frente Anti-Racista;

Rui Pena Pires: Investigador no Observatório sobre a Emigração, CIES, ISCTIUL;

Timóteo Macedo: Dirigente da SOLIM – Associação Solidariedade Imigrante e membro do CMIC – Conselho Municipal para a Interculturalidade e a Cidadania.

O debate desenvolveu-se em 3 (três) partes:

Primeira com uma Nota Introdutória do Moderador, DM **José Leitão**;
Segunda pelas Intervenções dos **oradores convidados**;
Terceira em Pedidos de Esclarecimento e outras considerações ou perguntas, colocados/as por **membros do público ou audiência**, assim como as respectivas respostas ou comentários pelos Oradores convidados.

Primeira Parte

O Moderador, após uma nota introdutória para situar o Debate, procedeu à Apresentação dos Oradores e dos Relatores, realçando a relevância deste Debate e sua oportunidade histórica, explicitando a Metodologia do Debate, assim como dos tempos de Intervenção atribuídos.

Segunda Parte

RESUMO

Os oradores forneceram dados estatísticos ou, em geral, os necessários ao conhecimento e compreensão do estado actual e real dos imigrantes que residem ou trabalham na cidade e população imigrada em Lisboa. Apontaram ainda os desafios resultantes dos movimentos migratórios para a cidade e as tendências demográficas, realçando a tendência para a redução da natalidade e para o envelhecimento da população em Lisboa e em Portugal.

No que se refere à população estrangeira em Lisboa verificam um ligeiro crescimento, em oposição ao resto do País, sendo Portugal um dos países da Europa com menos imigração e mais emigração, resultando num saldo negativo.

O retrato da população imigrada revela vulnerabilidades, havendo necessidade de instrumentos abrangentes de apoio, como pretende ser o Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes de Lisboa. Realçam também o contributo que os imigrantes dão à sociedade e à cidade, no plano demográfico e na Segurança Social.

Disseram os Oradores Convidados:

1. A Sr.^a Dr.^a **Joana Lopes Martins:**

Referiu a importância dos dados e da estatística como uma infra-estrutura essencial ao Estado, tão relevante como rodovias ou equipamentos escolares e educacionais. Defendeu que só com o acesso a bons dados é que se podem fazer bons diagnósticos e tomar as melhores decisões, com base em tais diagnósticos e recomendações. Ainda sobre a relevância dos dados, referiu que eles são um instrumento fundamental para promover a cidadania e a participação, na medida em que a sua compreensão poderá permitir a construção de opinião fundamentada e desenvolver uma atitude de responsabilização pelos decisores públicos.

Os dados gerais apresentados:

Relativamente às tendências demográficas da cidade de Lisboa, o recenseamento revela perda de mais de 250 mil residentes em relação aos anos sessenta. Esta diminuição também se verifica em termos de peso relativo no conjunto dos municípios que constituem a Área Metropolitana de Lisboa. Relativamente ao envelhecimento da população, Lisboa é o município mais envelhecido da AML, havendo claramente mais idosos do que jovens, revelando ainda os dados que há mais óbitos que nascimentos e muito mais saídas do que entradas.

Em 2013 foram recenseados em Lisboa, 506 691 pessoas e destas, 2 880, eram estrangeiros, ou seja menos de 1%. No entanto, 20% dos recenseados estrangeiros do País estão na área Metropolitana de Lisboa em Lisboa, portanto em percentagem muito superior ao total do País.

Registaram-se só em Lisboa, quase 40%, de casamentos em que um dos cônjuges não é nacional.

Nascimentos de mães estrangeiras registados em Lisboa são 15,7%.

É muito importante a escolha das fontes e qualidade dos dados, não sendo totalmente convergentes as fontes SEF e INE no que se refere à população estrangeira, conforme se trate de estrangeiros a residir no município há pelo menos um ano, ou cidadãos que estão registados com autorização de residência, independentemente de estarem no país e na cidade, há mais ou menos de um ano.

2. O Sr. Dr. **Jorge Malheiros:**

Evocou os trabalhos de produção do primeiro Plano Municipal Para a Integração dos Imigrantes de Lisboa. Disse tratar-se de um dos documentos de estratégia municipal que resulta da intenção da Câmara e do Conselho Municipal para a Interculturalidade em conjugação com o quadro de interesses do Alto Comissariado para as Migrações, em que seja promovida a elaboração de Planos Municipais de Integração de Imigrantes no geral dos municípios portugueses. O Plano é financiado por instrumento europeu que se destina a estrangeiros só de países terceiros o que, segundo opina, levanta alguns problemas em termos de operacionalização, uma vez

que o Plano é abrangente e implica outras categorias de população. Também referiu o excesso de normatividade da parte do ACM/ACIDI que também dificulta a sua aplicação.

Foi feito o retrato da população estrangeira em Lisboa com base no diagnóstico de caracterização, numa lógica de correcção das vulnerabilidades, do *deficit* de integração e da valorização das potencialidades que os imigrantes trazem à cidade.

Confirma-se um ligeiro crescimento da população estrangeira em Lisboa, ao contrário da tendência no resto do País, sendo sobretudo os grupos asiáticos que mais têm crescido na Cidade de Lisboa nos últimos anos. Naturais da China, do Bangla Desh, do Nepal e da Índia, são os grupos que mais contribuíram para o crescimento da população estrangeira.

Concluiu dizendo que a dinâmica urbana é feita, quer da riqueza do macro, quer da intervenção fundamental daqueles que fazem a cidade todos os dias, onde se incluem muitos imigrantes que, no caso de Lisboa, cuja comunidade mais cresce e lhe confere maior diversidade do que nas outras cidades e municípios do País.

3. O Sr. Dr. **Manuel Correia:**

Referiu ser evidente o contributo que os imigrantes dão à sociedade Portuguesa e especificamente à Cidade de Lisboa. Afirmou relativamente à estatística sobre os nascimentos que ela respeita unicamente aos nascidos de mães estrangeiras, o que deixa de fora filhos de casais mistos, de pai estrangeiro.

Mencionou o contributo dos imigrantes para a Segurança Social referindo um estudo do Observatório das Migrações, do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, que mostra a contribuição líquida por parte da população imigrante. Defendeu que essa contribuição poderia ser ainda maior, se não subsistissem ainda problemas de legalização.

Entende que deve procurar-se que todos tenham o direito e acesso ao emprego e que ninguém seja dele afastado pela sua nacionalidade, ascendência, cor ou outro qualquer factor desse tipo, sendo o trabalho, a dimensão primeira da vida do imigrante.

Concluiu defendendo que a questão dos vistos *gold*, deveria ser retirada da Lei aplicável à imigração, uma vez que os seus detentores vêm para Portugal para investir, enquanto que os imigrantes procuram trabalho.

4. O Sr. Dr. **Rui Pena Pires:**

Começou por afirmar que a tendência para a redução da natalidade e envelhecimento da população são fenómenos que se verificam na generalidade dos países desenvolvidos. Para que as migrações constituam uma parte da solução para a baixa o envelhecimento da população, haverá que estabelecer previamente um diagnóstico sobre esse fenómeno. Afirmou que em termos mundiais não há decréscimo ou

recessão populacional, sendo essencial promover alguma redistribuição dos recursos humanos disponíveis à escala global.

Na perspectiva da emigração, considerou que Portugal está entre os países da Europa com mais emigração e menos imigração, ou seja com mais saídas e menos entradas, não existindo porém dados concretos sobre as saídas de Portugal, desde que a sociedade portuguesa se democratizou e que as pessoas deixaram de ter que informar quando pretendem sair e para onde querem ir.

É apenas possível obter algumas informações pelos registos de entradas de portugueses noutros países.

Sabe-se no entanto pouco ou nada sobre o Concelho, Distrito ou Região de onde são originárias as pessoas que entram nos países de acolhimento porque esse tipo de informação quase nunca é registado. Para conhecer a proveniência, têm que ser feitos inquéritos e usar outras fontes alternativas de informação.

Os dados gerais apresentados:

Portugueses residentes no estrangeiro: Em 2013 saíram de Portugal entre 115 e 120 mil pessoas.

Os principais países de destino da emigração são predominantemente europeus - França, Luxemburgo, Reino Unido e Suíça.

Não haverá emigração significativa para Angola ou para o Brasil, nem, em termos de volume, para os Estado Unidos, apesar de este ser o segundo país de destino dos emigrantes mais qualificados que saem de Portugal.

Relativamente à qualificação dos portugueses que saem do País, não será diferente da registada no passado, excepto quanto ao Reino Unido onde 30% dos emigrantes portugueses são bastante qualificados.

Quanto ao tempo de permanência no estrangeiro, na ausência de melhores informações, o mais prudente é considerar que esta emigração tem carácter definitivo.

Não será aliás o eventual retorno que irá equilibrar o saldo migratório mas sim que Portugal se torne de novo atractivo para a imigração, o que é urgente, pois os efeitos do saldo migratório negativo são hoje muito mais intensos do que nos anos sessenta.

4. O Sr. Dr. **Timóteo Macedo**:

Declarou, na perspectiva da Imigração, ser contra os retornos, contra os Planos Municipais para a Integração dos Imigrantes e mesmo contra os CANAI's. Defendeu que os cidadãos estrangeiros devem ser todos tratados de forma igual, num serviço público de qualidade, não submetidos a um Plano específico ou serviço especializado. Para haver verdadeiras políticas de inclusão, os imigrantes devem estar incluídos nos planos de carácter nacional. Não devem ser segregados de serviços de acesso geral, porque isso é violar o princípio da igualdade.

Defendeu ainda que devem ser tomadas rápidas medidas para permitir, de facto, entradas legais de imigrantes na Europa, para acabar com as trágicas mortes de

peças no Mediterrâneo, devendo os estrangeiros que se encontram em Portugal, poder legalizar as suas permanências e tornarem-se cidadãos. Criticou ainda as políticas especiais para os novos Portugueses, manifestando-se contra dois estatutos de portugueses. Uns, os antigos e outros os novos.

Terceira Parte

Intervieram os seguintes membros da audiência/público:

A Sr.^a Deputada **Deolinda Machado** (GM-PCP)

O Sr. Deputado **Miguel Gama** (GM-PS)

SINOPSE

Os intervenientes disseram que os movimentos migratórios radicam sobretudo nas desigualdades, nos desequilíbrios crescentes entre continentes e países e ainda onde se desenvolvem guerras, agressões, ocupações e ingerências e que a solução passa pela criação de emprego com implementação de políticas de desenvolvimento e de fomento de trabalho digno para todos, bem como pela promoção da paz e da justiça, independentemente da nacionalidade, da cor da pele ou da religião. Referiram que a imigração tem contribuído para atenuar a perda de população, sendo hoje essencial para manter a dinâmica da cidade.

Defenderam que é pertinente para Lisboa existir um Plano Municipal para Integração de Imigrantes porque se encontraram vulnerabilidades que justificam um acompanhamento, nomeadamente o desconhecimento inicial da língua, do funcionamento das instituições portuguesas e do quadro regulamentar aplicável.

Foi geral a consternação pelas mortes que ocorrem no Mediterrâneo que são uma tragédia que precisa ser solucionada com urgência.

Síntese Temática

Da intervenção dos oradores e público, resultam como principais, os seguintes temas:

1. A importância dos dados e da estatística como uma infra-estrutura essencial ao Estado, cuja compreensão permite o estabelecimento de opinião fundamentada, desenvolvendo a responsabilização dos decisores;
2. Levantamento de estado actual e real dos imigrantes que residem ou trabalham na cidade de Lisboa;
3. Relevância do contributo dos imigrantes para a Segurança Social que poderia ser ainda maior, se não subsistissem problemas de legalização;
4. Lisboa tem maior crescimento populacional e mais diversidade do que outras cidades e municípios do País;
5. Para que as migrações constituam parte da solução para a baixa da natalidade e envelhecimento da população, típicos de países desenvolvidos, é necessário um diagnóstico de base estatística sobre o fenómeno. Em termos mundiais não há

- recessão populacional, sendo necessário a redistribuição desses recursos, à escala global;
6. Portugal entre os países da Europa com mais emigração e menos imigração, sabendo-se muito pouco sobre o Concelho, Distrito ou Região de origem das pessoas que entram nos países de acolhimento;
 7. Não é o retorno de emigrantes que vai equilibrar o saldo migratório mas sim que Portugal se torne de novo atractivo para a imigração;
 8. Não devem existir distinções e tratamento desigual entre os cidadãos, não submetendo os de origem migrante a um Plano ou serviço especializado, mas sim de carácter nacional, para haver verdadeiras políticas de inclusão e conformação aos princípios da igualdade;
 9. Entrada legal de imigrantes na Europa, podendo os que se encontrem em Portugal, legalizar as suas permanências e tornarem-se cidadãos, sem haver estatutos de portugueses antigos e de novos;
 10. As migrações radicam nas desigualdades, nos desequilíbrios crescentes entre continentes e países e onde se desenvolvem guerras, agressões e ocupações;
 11. A solução passa pela criação de emprego, com implementação de políticas de desenvolvimento e fomento activo da paz e da justiça, independentemente da nacionalidade, da cor da pele ou da religião;
 12. O Plano Municipal para Integração de Imigrantes deverá potenciar formas de combater vulnerabilidades que justificam um acompanhamento dos imigrantes, nomeadamente o desconhecimento inicial da língua, do funcionamento das instituições e do quadro regulamentar aplicável
-

Relativamente ao desenvolvimento do Debate e questões que estiveram em causa, os Deputados-Relatores exprimem a seguinte opinião:

OPINIÃO dos RELATORES

Sr.s Deputados **José Roque Alexandre** e **João Magalhães Pereira**

Os temas suscitados nesta 1.^a Sessão do Debate sobre a Demografia e Migrações debruçam-se sobre a origem, o processamento, a política de acolhimento e a integração social de migrantes e refugiados.

Quanto à origem e processamento:

A distinção entre refugiados e migrantes, mais não significa do que os fundamentos atribuídos aos movimentos migratórios, sendo certo que refugiados são todos os migrantes, impelidos por causas económicas, familiares ou bélicas.

Não poderão portanto ser tratados de forma segregada, em função do que os países de acolhimento considerem serem as razões que subjazem à sua movimentação, traçando o destino e a sobrevivência dessas pessoas e dessas Famílias, através de juízos imediatos.

Assiste-se a países que só recebem refugiados originários de regiões cujas guerras melhor se conhecem, colocando refugiados contra refugiados e migrantes contra migrantes, fazendo distinções que, na aparência de justiça, são por definição injustas. Entendem que os naturais de zonas onde prevalece a paz são de menor categoria, arrogando-se da capacidade de definir esse estado de paz e recambiam-nos ou tolhem-lhes impiedosamente a passagem, alegando serem migrantes económicos e a esses não assistir o direito a procurar melhores condições para as suas Famílias.

Quanto ao acolhimento e integração social:

Ao reconhecer a um migrante o direito de ser acolhido num dado país há sempre a tentação burocrática de condicionar e de vigiar a sua acção e movimentação, demonstrando assim que o acolhimento não foi totalmente livre, mas submetido a razões e pressões externas.

Ao contrário, deve ter-se em conta que as imigrações constituem um benefício social e são factor relevante do desenvolvimento económico da sociedade de acolhimento.

Essas pessoas ou comunidades devem portanto beneficiar de tratamento igualitário, sem distinções de origem.

A 2.ª Sessão

Imigração, Diversidade Cultural e Participação Política

A Sessão foi moderada pela Sr.ª Deputada Municipal Independente **Floresbela Pinto**, membro da 6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania e contou com a participação dos seguintes oradores convidados:

Dr.ª Margarida Marques: IPRI da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

Dr. Mário de Carvalho: ACV – Associação Cabo-Verdiana e CMIC – Conselho Municipal de Interculturalidade e Cidadania.

Sr. Fernando Marques: Gabinete de Estudos da CGTP-IN;

Como tem sido norma operacional dos Debates Temáticos organizados pela Assembleia Municipal de Lisboa, teve este 3 Partes, uma **Primeira** com uma Nota Introdutória da Sr.ª Deputada/Moderadora, uma **Segunda** pelas Intervenções dos Oradores convidados e uma **Terceira** pelas Perguntas e Pedidos de Esclarecimento colocadas/os pela audiência, assim como as respostas ou comentários pelos Oradores. O desenvolvimento do subtema Imigração, Diversidade Cultural e Participação Política, conclui-se no presente Relatório com a Opinião dos Relatores quanto ao que foi desenvolvido nesta Sessão.

Primeira Parte

A Moderadora:

Informou que a Dr.^a Carmen Maciel e a Dr.^a Maria Gabriela Carvalho, por razões diversas e de força maior não poderão estar presentes.

Quanto à estrutura do Debate Temático informou que inicialmente haverá intervenções dos elementos da Mesa, seguidos de um período de discussão aberta com o público, registando-se já diversas inscrições.

Segunda Parte

RESUMO

Os oradores procederam a uma análise da influência dos fenómenos migratórios na cidade de Lisboa e da forma como reagem as cidades à difusão cultural das comunidades migrantes com origem em países lusófonos, ou do Leste europeu, ou de outras nacionalidades e definiram as tipologias de intersecção das diferentes vivências com a esfera urbana lisboeta e as vantagens daí advenientes para a cidade.

Exploraram ainda os fenómenos de integração dos migrantes na vida política autárquica e nacional, fundando as dificuldades de sua concretização no actual modelo do recenseamento eleitoral, na Lei da reciprocidade e na insuficiência das políticas de integração.

Foi defendido que, para obviar a essas dificuldades e melhorar a representatividade deveriam ser estabelecidas quotas de participação das minorias nas listas, a exemplo da paridade em relação às mulheres.

Consideraram importante o compromisso autárquico da criação da Casa de África e que em 50 anos, a população estangeira em Portugal passou de 0,3% para 3,7%, cerca de metade da qual se encontra fixada em Lisboa, existindo representadas no país mais de 170 nacionalidades. A imigração caracteriza-se assim por grande diversidade no tipo de imigração, não apenas laboral, mas de reformados e de famílias, com origem dentro e fora da União Europeia e no crescimento do número de Famílias em que um cônjuge ou um parceiro tem nacionalidade estrangeira.

Disseram os Oradores Convidados:

1. A Sr.^a Dr.^a Margarida Marques:

Criatividade e empreendedorismo são palavras-chave das políticas urbanas, pouco contando já as cidades com o respaldo nacional para a sua promoção.

Com a globalização, os centros urbanos passaram a participantes da economia, tendo que atrair investimentos e fazer face à concorrência. O fortalecimento da economia social tornou-se relevante, transformando-se na procura de formas concertadas de gestão da coisa pública.

Com a reconfiguração em curso nas economias pós-industriais as economias urbanas dependem cada vez mais da criatividade, desempenhando a produção cultural. É neste

contexto que nascem as cidades empreendedoras e as migrações passam a ser vistas como um recurso com alcance estratégico.

O suplemento de oferta que Lisboa ganha com a imigração, corresponde a um enriquecimento da infra-estrutura de comércio banal e da componente cultural e criativa. Nos inquéritos europeus os Portugueses distinguem-se pela elevada aceitação de diversidade, sendo o cosmopolitismo e interculturalidade usados como plataformas de modernização e projecção de Lisboa e os legados históricos reconhecidos como mecanismos de incorporação da produção cultural dos migrantes.

A chegada a Lisboa de pessoas de diversas origens geográficas e sociais, provindo de territórios que foram marcados pela presença portuguesa é decisiva para a pluralização da esfera pública lisboeta, mas actores de outras origens passaram entretanto a fazer também, parte do processo.

Lisboa, como outras cidades que passaram pela experiência de acolhimento de imigrantes, é hoje diferente socialmente das outras cidades e *a fortiori* do País como o que era à época da descolonização. Adquiriu capacidades específicas em termos de culturais e de relações transnacionais, únicas no contexto europeu.

Admite-se existirem quatro formas distintas de incorporação, definidas como resultado da combinação entre legados, difusão e modalidades de mediação.

O tipo cosmopolita: Os legados históricos e a difusão combinam-se, sem ascendência de um sobre o outro, incorporando-se como pares os migrantes e os seus descendentes, protagonistas de um entendimento democrático da cidade, sendo as suas expressões culturais, facetas do quotidiano.

O tipo de produção de cultura: Predominam aqui os símbolos e práticas difundidas à escala global.

O tipo do modo de integração urbana: É demarcado pelas dinâmicas herdadas do passado, adoptando posições com expressão muito relevante.

O tipo do enclave: Tipologia frequente onde ocorrem elevadas concentrações de pessoas de uma mesma origem, residindo em espaços homogéneos.

O caso de Lisboa, apesar do perfil relativamente pobre de diversificação cultural ganha por via da imigração, há uma capacitação lusófona com uma componente diferenciada, que é uma vantagem para a cidade na sua estratégia criativa e de posicionamento à escala global.

A maior concentração de imigrantes e descendentes nas actividades e iniciativas informais, porém, coloca porém limitações sérias ao seu pleno aproveitamento.

2. O Sr. Dr. **Mário de Carvalho**:

Estruturou a sua intervenção numa nota introdutória sobre a contextualização da imigração, desenvolvendo depois a diversidade cultural como factor de integração e a participação dos imigrantes no seio dos partidos políticos.

Referiu o caso de Portugal como exemplo de boas práticas em matérias de integração, e identificou a importância da implementação do ACIME, mais tarde ACIDI e atualmente o ACM, Alto Comissariado para as Migrações.

Evocou a diversidade cultural para sublinhar o papel que tem tido na integração de imigrantes, realçando que essa diversidade conta tanto com os imigrantes residentes

em Lisboa, como com o contributo de artistas e atores, que fazem de Lisboa, ponto de encontro de diversas culturas no mundo.

Formulou então a tese de que o grau de participação dos imigrantes na vida política está condicionado pela expressão da sua representatividade nas instâncias de poder, o que explica o *deficit* da participação dos imigrantes na vida política. Considerou que com muita frequência se ouve dizer que: *Infelizmente, a vossa comunidade não participa, não vota, vocês são numerosos, não contam e, portanto, não podem estar em lugares elegíveis. Há uma fila de espera com pessoal à vossa frente; desta vez não dá mas há uns cartazes para colar e a vossa participação pode começar por aí.*

Esta é a doutrina no seio dos Partidos políticos, renovada nos ciclos eleitorais que coincide com a elaboração das listas, dominada pelos aparelhos partidários.

Os condicionalismos que contribuem para a menor comprometimento dos imigrantes na vida política e que criam barreiras à sua participação nas eleições locais, legislativas e europeias, consistem no actual modelo do recenseamento eleitoral, na Lei da reciprocidade e na insuficiência das políticas de integração.

Os Partidos não têm respostas micro para o sujeito em concreto, pelo que devia haver uma imposição por decreto, estabelecendo quotas de participação das minorias nas listas, a exemplo da paridade em relação às mulheres.

A representatividade constrói-se passo a passo e é importante o compromisso assumido pela Câmara Municipal de Lisboa na criação da Casa de África, organização não governamental em sintonia com as embaixadas africanas em Portugal e com vários institutos e instituições que têm parceria com o continente africano, a envolver a sociedade civil no objetivo de fortalecer os vínculos com África.

3. O Sr. **Fernando Marques:**

Analizou primeiramente as principais tendências nos movimentos imigratórios e seguidamente abordou o trabalho e a intervenção sindical neste domínio, referindo que Portugal foi durante muito tempo um País de emigração e salientando que no Censo de 1960 a população residente estrangeira era de 0,3%, sendo o crescimento da imigração um fenómeno recente que se afirma com e na sequência do 25 de Abril, em resultado das correspondentes transformações. Desde logo o impacto da descolonização, com uma maior abertura económica a que se seguiu nos anos 80 e 90 o aumento dos fluxos imigratórios provenientes dos países africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Recentemente, assistiu-se à imigração mais qualificada proveniente dos países da Europa de Leste, salientando-se a intervenção de redes internacionais de recrutamento de mão-de-obra, em contraste com a imigração tradicional, suportada em redes de familiares e amigos.

O último recenseamento da população em 2011, é um dos principais instrumentos que permite estudar e caracterizar a população imigrante. Verifica-se haver um aumento considerável de imigrantes, com população residente estrangeira de cerca de 400 mil pessoas (3,7% da população), mais de metade da qual, na região de Lisboa. Até então, a imigração caracterizava-se por um aumento da diversidade no tipo de imigração, não apenas laboral, mas de reformados e de famílias, com origem dentro e fora da União Europeia. Diversidade ainda no aumento de nacionalidades. Em 2006 existiriam mais

de 170 nacionalidades presentes. Diversidade enfim, no crescimento do número de Famílias em que um cônjuge ou um parceiro tem nacionalidade estrangeira. A crise teve impactos profundos nos movimentos migratórios, originando saldo migratório negativo, por forte aumento da emigração e retração na imigração. Quanto ao trabalho dos imigrantes e à atividade sindical, referiu que a posição da CGTP é de que os trabalhadores não devem criar organizações por critérios de nacionalidade, integrando-se sim, nos sindicatos dos países de acolhimento.

Terceira Parte

Intervieram os seguintes membros da audiência/público:

- O Sr. Deputado **André Caldas**, Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade
- A Sr.^a Deputada Municipal **Sofia Cordeiro** (GM-PS)
- O Sr. Deputado Municipal **José Leitão** (GM-PS)
- A Sr.^a **Presidente** da Assembleia Municipal de Lisboa (Ind.^{te} e. p. 1. PS)
- O Sr. **Mamadou Ba**
- O Sr. Deputado Municipal **Carlos Silva Santos** (GM-PCP)

SINOPSE

Os intervenientes referiram que a participação política dos imigrantes nos países de destino deverá ser promovida, sem por isso determinar a completa ruptura com a participação nos países de origem e que o recenseamento dos emigrantes nos Consulados não é crescente, não se antecipando portanto grande expressão eleitoral. Reflectiram também sobre as formas de contribuir para a integração dos imigrantes no espaço de base local que são as Freguesias e os Municípios e manifestaram a sua preocupação por haver tantas pessoas em Lisboa não recenseadas, não podendo portanto participar na vida política da cidade. Uma das dificuldades é a exigência de reciprocidade para as eleições locais que entendem dever ser abolida, devendo existir formas de encorajamento dos imigrantes à participação em organizações cívicas ou nos partidos políticos e reconhecimento dos direitos de manifestação e petição. Concretamente ainda, o direito de voto nas eleições europeias que a União Europeia não reconhece a cidadãos não europeus participarem nessas eleições. Saliu-se que a Constituição da República prevê a concessão de direitos políticos superiores aos cidadãos dos países de Língua Portuguesa, no sentido de concretização da cidadania lusófona, devendo as disposições dos acordos com o Brasil, serem generalizadas a outros países de Língua Oficial Portuguesa. Ocorreram ainda afirmações de que a herança do luso-tropicalismo foi a miscigenação, assim se ultrapassando as barreiras da indiferença e do preconceito, pelo que não haveria racismo na nossa sociedade, mas quando a diferença e a origem são motivo de exclusão política e o racismo subsiste, então não haverá igualdade. A democracia só será portanto universal quando, para todos os que vivem no mesmo espaço, os direitos políticos sejam exercidos em total igualdade.

Debruçaram-se também sobre as causas profundas das migrações, cujas motivações resultam da procura da melhoria de condições de vida e de trabalho que é uma questão essencial, considerada como questão de classe.

As tragédias das migrações são assim sinal indiscutível de falta de condições na origem e esse facto é uma questão de classe.

Nada se vê ser feito para modificar as condições e as causas primeiras das coisas, pelo que haverá que romper com esta situação.

Não há migrações sem exploração de classe.

Disseram ou responderam então os Oradores Convidados, o seguinte:

É desejável um maior envolvimento e participação dos imigrantes em todas as esferas, política, cívica, sindical, etc.,.

A tragédia do Mediterrâneo tem dimensão suficiente para abalar as pessoas e as suas convicções, tendo o Conselho Europeu reagido sob a perspectiva de medidas de carácter securitário. Observa-se que se põe agora em causa a livre circulação de trabalhadores e se procura restringir o acesso a prestações da Segurança Social pelos imigrantes. Distingue-se entre os bons e os maus imigrantes em função da sua qualificação, valendo a pena reflectir sobre a perspectiva de que a imigração é boa se for qualificada e admitir a vinda de imigrantes e promover o regresso dos emigrantes, se uns e outros forem qualificados, por serem fundamentais ao desenvolvimento.

Sobre a questão do Estatuto do Cidadão Lusófono, foi aprovado na Cidade da Praia em 1997, tendo por base a cidadania e a circulação das pessoas no espaço lusófono. Mas é um modelo ainda em construção que passa por quatro continentes sem existirem fronteiras terrestres. Cabo Verde poderá ter muita vontade de dar o passo em frente, mas falta a questão económica.

Quanto às questões da participação política dos imigrantes, nas últimas eleições autárquicas participaram integrados em Listas 20 cidadãos Cabo-verdianos, dos quais 14 foram eleitos para assembleias municipais a nível nacional. Há ainda um longo caminho a percorrer, mas já se fez muito trabalho.

A participação efectiva na cultura vê-se na importante dinâmica do movimento associativo, mas há que ponderar que tipo de movimento se pretende alcançar e com que financiamento. Não há almoços grátis.

Fala-se de imigrantes mas é preciso ter sempre presente que os imigrantes são pessoas. Há pessoas do sexo feminino e que têm em Portugal dificuldades que são inerentes ao facto de vivermos numa sociedade com grandes assimetrias de género. As questões do género, da origem e do estatuto económico são de extrema relevância, havendo ainda imigrantes em Portugal que vivem com muitas dificuldades.

E depois há a magna questão do racismo, havendo uma não aleatoriedade muito evidente na sub-representação de pessoas negras.

Portanto, estes três aspectos, a questão do género, a questão do posicionamento socioeconómico, a questão do racismo, como outros, seja a língua, a nacionalidade, são condições muito objectivas de segregação.

É desolador olhar para os Partidos políticos e a falta de representação de mulheres, de imigrantes, de pessoas de origens diferentes das habituais.

Síntese Temática

Da intervenção dos oradores e da audiência, resultam como principais, os seguintes temas:

1. A criatividade e o empreendedorismo são palavras-chave das políticas urbanas, pouco contando já as cidades com o respaldo nacional para a sua própria promoção;
2. O fortalecimento da economia social tornou-se relevante, transformando-se na procura de formas concertadas de gestão da coisa pública;
3. As economias urbanas dependem cada vez mais da criatividade, e é neste contexto que as migrações passam a ser vistas como um recurso com alcance estratégico;
4. O suplemento de oferta que Lisboa ganha com a imigração, corresponde a um enriquecimento da infra-estrutura de comércio banal e da componente cultural e criativa;
5. Nos inquéritos europeus os Portugueses distinguem-se pela elevada aceitação de diversidade, sendo o cosmopolitismo e interculturalidade usados como plataformas de projecção da cidade e incorporando os legados históricos como mecanismos da produção cultural pelos migrantes;
6. Lisboa, pela experiência de acolhimento de imigrantes, adquiriu capacidades específicas em termos culturais e de relações transnacionais, únicas no contexto europeu;
7. As tipologias de incorporação da cultura migrante, fixam-se em:
cosmopolita: Os legados históricos combinam-se, sem ascendência de um sobre o outro, com os migrantes e descendentes em entendimento comum da cidade e as suas expressões culturais tornando-se facetas do quotidiano,
produção de cultura, predominando os seus símbolos e práticas sobre uma integração plena,
integração urbana, marcado pelo envolvimento em dinâmicas herdadas do passado,
enclave, quando ocorrem elevadas concentrações de pessoas da mesma origem, residindo em espaços homogéneos;
8. Lisboa tem uma capacitação lusófona de componente diferenciada que é uma vantagem para a cidade na sua estratégia criativa;
9. O grau de participação dos imigrantes na vida política está condicionado pela expressão da sua representatividade nas instâncias de poder;
10. Devem ser estabelecidas quotas de participação das minorias nas listas de candidatos políticos, a exemplo da paridade em relação às mulheres;
11. A imigração caracterizou-se historicamente por um aumento da diversidade no tipo de imigração, não apenas laboral, mas de reformados e de famílias, com origem dentro e fora da União Europeia. Essa diversidade reflecte-se ainda no aumento de nacionalidades e no crescimento do número de Famílias em que um cônjuge ou um parceiro tem nacionalidade estrangeira;

12. A exigência legal de reciprocidade nos Estados de origem dos migrantes, para em Portugal lhes serem concedidos direitos de cidadania, deve ser abolida;
 13. Deveriam existir formas de encorajamento dos imigrantes à participação em organizações cívicas ou nos partidos políticos e reconhecimento dos seus direitos de manifestação e de petição;
 14. Os cidadãos dos países de Língua Portuguesa devem beneficiar de direitos políticos superiores, no sentido de concretização da cidadania lusófona, devendo as disposições dos acordos com o Brasil, serem generalizadas a outros países de Língua Oficial Portuguesa.
 15. Quando a diferença e a origem são motivo de exclusão política e o racismo subsiste não há igualdade;
 16. As motivações das migrações resultam da procura da melhoria de condições de vida e de trabalho, não tendo havido esforços reais para modificar as suas causas primeiras. Não há migrações sem exploração de classe;
 17. A questão do género, do posicionamento socioeconómico, do racismo, assim como a língua ou a nacionalidade, são condições objectivas de segregação;
 18. Verifica-se nos Partidos políticos uma falta de representação de mulheres, de imigrantes e de pessoas de origens diferentes das habituais;
 19. Distinguem-se os bons dos maus imigrantes por critérios da sua qualificação.
-

OPINIÃO dos RELATORES

1. do Sr. Deputado **Miguel Santos (PAN)**

Debateu-se nesta sessão o sub-Tema Imigração, Diversidade Cultural e Participação Política. É a imigração que cria a consciência da diversidade global, que nos interpela ao conhecimento, à valorização e à aceitação do Outro como irmãos de viagem nesta casa comum chamada Terra. Esta consciência de irmandade, deve impelir-nos não só à aceitação da diferença, mas também a que, por todos os meios possamos disponibilizar ao Outro as mesmas oportunidades de que nós próprios gozamos. As fronteiras mentais devem desaparecer e ceder o lugar à livre circulação da amizade e respeito. Rejeitar todas as formas de discriminação é um imperativo moral básico de todos os cidadãos conscientes, e facilitar a integração, que não tem que significar a diluição da diferença, deverá ser norma de conduta normal. Precisamos de uma maior participação dos imigrantes na política, pelo que defendemos que deverão existir políticas pró-activas de mobilização junto das comunidades.

2. do Sr. Deputado **José Moreno (PNPN)**

A questão dramática dos refugiados com que a Europa se vê a braços e que emergiu de forma ainda mais aguda depois de encerrada a série de Debates temáticos, mostra bem a actualidade e complexidade desta matéria.

Valeu, sem dúvida, a pena fazer esta reflexão.

Todavia, se fossem realizados hoje, seguramente que muitas outras questões teriam sido colocadas no centro do debate, certamente úteis para a definição das respostas que Lisboa será chamada a dar.

Em face desta nova situação, o debate destas matérias vai ter de continuar, para que consigamos encontrar as respostas adequadas e em tempo útil.

Afinal de contas, estamos a falar de pessoas que, em desespero, deixam as suas casas – aqueles que ainda as tinham – sob o flagelo de uma guerra para, em muitos casos, salvar as próprias vidas.

A 3.ª Sessão

Demografia e Migrações: O que Pensamos

A Sessão foi moderada pelo Sr. Deputado Magalhães Pereira, Presidente de 6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania da Assembleia Municipal de Lisboa e contou com a participação dos seguintes oradores convidados:

Dr.ª Ana Paula Beja Horta:	Universidade Aberta;
Dr. Celso Soares:	Culturface – Associação Cultural para o Desenvolvimento; CMIC – Conselho Municipal de Interculturalidade e Cidadania;
Dr. João António:	CESOP – Centro de Estudos e Sondagem da Universidade Católica Portuguesa;
Dr.ª Susana Ramos:	Directora do Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Lisboa; Condutora do Programa Municipal de Integração dos Imigrantes.

O Debate desenvolveu-se em 3 (três) partes:

Primeira com uma Nota Introdutória do Moderador, DM João de Magalhães Pereira;

Segunda pelas Intervenções dos **oradores convidados**;

Terceira em Pedidos de Esclarecimento e outras considerações ou perguntas, colocados/as por **membros do público ou audiência**, assim como as respectivas respostas ou comentários pelos Oradores convidados.

Primeira Parte

Como Nota Introdutória disse o Moderador que a Assembleia Municipal de Lisboa organiza este Debate Temático sobre o ingente tema da Demografia e Migrações, tema este que não poderia ter mais oportunidade, até porque, logo que o tempo parecer favorável, se precipitam para barcos decrepitos ou insufláveis, sempre sobrelotados, centenas ou milhares de migrantes, vindos de todas as partes de África e Ásia, refugiados sociais, económicos e políticos, fugindo da guerra e de perseguições, em busca de paz e de um futuro melhor para os seus filhos e que muitas vezes, tragicamente muitíssimas vezes, encontram em vez disso o fim da Vida.

Vemos com angústia essas terríveis imagens e estou certo que deveríamos todos, todos como povo, ser generosos no acolhimento, diligentes na integração e adaptação dessas pessoas ao nosso ambiente e proactivos na procura de condições de igualdade em todos os sectores de actividade social.

Segunda Parte

RESUMO

A 3ª sessão do debate temático Demografia e Migrações foi dedicada ao concelho de Lisboa. Tal como em todo o ciclo de debates, também aqui se fez a análise das tendências demográficas e sociais face à imigração assim como os seus mecanismos e de que forma estão pensadas e estruturadas as soluções de resposta, tanto ao nível municipal, mas também na sua coordenação com o nível nacional.

Desenvolveram-se as capacidades e virtualidades do Plano Municipal de Integração dos Imigrantes e foi focada a problemática da participação política e cívica da população migrante e da falta da sua representação nos órgãos de gestão ou em cargos políticos electivos.

Disseram os Oradores Convidados:

1. O Sr. Dr. João António:

Centrou a sua intervenção na apresentação e análise de dados estatísticos retirados de um trabalho de campo efectuado em 2010 com 1 800 portugueses, residentes no país.

A maioria dos inquiridos tendia à data, a ser favorável à diminuição do número de imigrantes no País, com excepção dos oriundos dos países Ocidentais, independentemente do período económico ser ou não favorável.

A quase totalidade considera importante a aprendizagem da cultura Portuguesa por parte dos imigrantes e é favorável à integração dos imigrantes através de um modelo misto, de respeito pelas diferenças culturais e simultaneamente de aprendizagem e adequação dos imigrantes à cultura prevalecente.

De forma ambivalente, reconhece porém que a imigração enriquece a vida cultural e económica do País, rejeitando um qualquer enfraquecimento dos valores e tradições nacionais por contaminação.

Verifica-se uma posição maioritária de equiparação de direitos entre Portugueses e imigrantes, traduzível num enorme apoio à reunificação familiar, ao direito de voto e mesmo à naturalização. Porém e ao mesmo tempo, as mesmas pessoas diziam que os imigrantes devem ser extraditados se não tiverem emprego ou no caso de cometerem algum tipo de crime.

A concepção maioritária do imigrante é enquanto trabalhador a quem se deseja que sejam atribuídos direitos que o aproximam do cidadão Português, desde que mantenha a condição de trabalhador.

Os imigrantes são vistos maioritariamente como fazendo os trabalhos que os Portugueses não querem, sendo reconhecido que os imigrantes, homens ou mulheres, têm qualificações a mais para o trabalho que desempenham e que ganham menos que os Portugueses pelo mesmo trabalho.

A maioria dos inquiridos está convencida que os imigrantes recebem da segurança social, mais do que aquilo que dão. Um dos mitos sobre imigração que já foi desmentido por vários estudos;

Quanto mais vulneráveis se sentem, mais tendem a opor-se à imigração, mas quanto mais frequentes os contactos, menor será a oposição à imigração.

2. A Sr.^a Dr.^a **Ana Paula Horta:**

Trouxe a debate a ideia da Lisboa intercultural, solidária, inovadora e criativa e qual o tipo de relação que deve existir entre as políticas locais, a diversidade cultural, a integração urbana das comunidades imigrantes e o planeamento urbano.

Afirmou que as metrópoles constituem polos de atracção e de fixação das populações migrantes e Lisboa não é excepção como demonstram os fluxos migratórios das últimas três décadas. Isso intensifica a diversidade cultural, étnica e religiosa tornando a cidade num espaço de cidadania e de reivindicação de direitos.

Lisboa tem registado movimentos migratórios complexos, ocorrendo novas redes que articulam uma diversidade de projectos e itinerários, mas também novas formas de desigualdade, de discriminação e de preconceito, assim como novas formas de segregação residencial, mas também, mais cosmopolitismo, maior criouliização. A cidade tem dado resposta a essas novas formas dos fluxos migrantes, adoptando diferentes comportamentos de governação.

Relativamente ao programa das cidades interculturais, de que Lisboa fez parte, há questões que são importantes e que se relacionam com uma ideia de cidade e de diversidade, como uma fonte de inovação, de criatividade e um instrumento de empreendedorismo, valorizando a diferença a vários níveis. Há uma agenda de integração e de diálogo intercultural, de programas locais e nacionais para a integração dos imigrantes.

Lisboa é pioneira na criação de mecanismos de integração e participação cívica da população imigrante.

Pretende-se uma interação positiva, o reconhecimento da diferença, mas que combina com a área da inclusão e da coesão, em que os imigrantes passam a ter um papel importante nos eixos de intervenção e nas medidas propostas.

Constata-se a ausência, até hoje, de discursos anti-imigração. Contudo uma maior participação cívica, envolve recursos que não estão neste momento disponíveis.

Sublinhou também a necessidade de uma maior atenção para a manutenção de situações de segregação e de exclusão e a necessidade de processos de requalificação urbana que facilitem a coesão social.

3. A Sr.^a Dr.^a **Susana Ramos:**

Desenvolveu o Plano Municipal de Integração dos Imigrantes (PMII), com financiamento por Fundos Europeus, que pretende seja um instrumento de políticas públicas locais para a promoção da integração social de imigrantes na Cidade de Lisboa, através de:

- a) Melhoria da articulação de recursos e meios existentes nas várias unidades orgânicas da Câmara, na integração de imigrantes;
- b) Promover medidas que contribuam para o conhecimento e valorização da diversidade cultural;
- c) Contribuir para a diminuição de fenómenos de pobreza, exclusão social e discriminação;
- d) Reforçar o diálogo de proximidade na sua dimensão de direitos humanos, através de uma plataforma de cidadania;
- e) Estruturar a sociedade civil como agente para a área da igualdade;
- f) Prevenir a violência do género, incluindo o tráfico de pessoas;
- g) Sensibilizar para a eliminação e a desconstrução de estereótipos sobre as comunidades imigrantes;
- h) Aumentar a capacitação das organizações da sociedade civil que representem imigrantes;
- i) Promover o trabalho em rede entre especialistas e profissionais de entidades públicas ou da sociedade civil na intervenção e na monitorização;
- j) Constituir uma base de recursos teóricos e empíricos, para o diagnóstico da situação dos imigrantes em Lisboa e para a implementação do Plano Municipal;

Em termos de metodologia referiu a criação de Grupos de Trabalho a vários níveis, a definição participada das áreas de intervenção prioritárias, medidas, acções, indicadores e metas e a definição de estratégia de motorização e avaliação.

O PMII teve que estar concluído a 30JUN15 pelo que foi apresentada a cronologia da de construção de políticas mas também de medidas específicas para o próprio plano, cujos eixos são:

Eixo um: Cidadania e participação, composto pelas áreas de acolhimento, habitação, saúde, participação cívica e política dos imigrantes, educação e associativismo.

Eixo dois: Emprego, empreendedorismo, valorização, qualificação e capacitação.

Eixo três: Diversidade, onde inserem as relações com os países de origem, diálogo inter-religioso e intercultural, dinâmicas culturais urbanas, racismo, discriminação e exclusão social.

4. O Sr. Dr. **Celso Soares**:

Focou a problemática da participação política e cívica da população migrante e da falta da sua representação nos órgãos de gestão ou em cargos políticos electivos, o que resulta em menor iniciativa ou participação em associações culturais ou de interesse local, o que resulta num problema relevante no sentido em que a participação cívica destas pessoas ajudaria a combater sentimentos de xenofobia, tal como ajuda à integração dos imigrantes.

Referiu que a sua percepção é que as instituições no Concelho de Lisboa não têm tido um papel muito acolhedor, falhando em formas de comunicação, em linguagem e em interpretação geral, o que determina a não resolução do problema apresentado pelo imigrante.

Terceira Parte

Intervieram os seguintes membros da audiência/público:

Sr.^a Deputada **Ana Páscoa** (GM-PCP)

Sr.^a Deputada **Cláudia Madeira** (GM-PEV)

Sr.^a Deputada **Maria Begonha** (GM-PS)

Sr.^a Deputada **Carla Madeira**, Presidente da Freguesia da Misericórdia (GM-PS)

Sr.^a D.^a **Romualda Fernandes**

SINOPSE

Considera-se que esta Sessão do Debate Temático **Demografia e Migrações** teve como ponto principal a análise das tendências ao nível de como as/os os portugueses olham e percebem as questões da imigração e como sentem a sua relação com os imigrantes.

Verifica-se que ainda haverá que combater a ideia de que devem expulsar-se os imigrantes, embora se reconheça, de forma ambivalente que têm um papel importante na economia e na cultura portuguesas.

Por outro lado, conclui-se que há que fomentar a possibilidade de participação cívica e política dos imigrantes, de modo a aproximar as comunidades imigrantes do meio autóctone prevalecte, bem como apostar em políticas municipais de inclusão social articuladas nas várias áreas de intervenção, através do Plano Municipal de Integração dos Imigrantes.

Síntese Temática

Da intervenção dos oradores e da audiência, resultam os seguintes temas:

1. Os portugueses reconhecem que a imigração enriquece a vida cultural e económica do País, rejeitando um qualquer enfraquecimento por contaminação, dos valores e tradições nacionais.
2. Consideram importante a aprendizagem da cultura portuguesa pelos imigrantes e favorecem a sua integração através do respeito pelas diferenças e simultaneamente por aprendizagem e adequação dos imigrantes à cultura local.
3. Entendem correcta a equiparação de direitos entre Portugueses e imigrantes, traduzível num enorme apoio à reunificação familiar, ao direito de voto e mesmo à naturalização.
4. Prevalece a opinião que os imigrantes devem ser extraditados se cometerem algum tipo de crime.
5. Quanto mais vulneráveis se sentem, mais se opõem à imigração, mas quanto mais frequentes os contactos, menor será a oposição.
6. Lisboa, como outras metrópoles, é polo de atracção e de fixação de populações migrantes, como demonstram os fluxos migratórios das últimas três décadas, o que intensifica a diversidade cultural, étnica e religiosa, enriquecendo o espaço de cidadania da cidade.
7. Lisboa tem registado movimentos migratórios complexos, criando novas formas de desigualdade, de discriminação e de preconceito, assim como segregação residencial, mas também mais cosmopolitismo e maior criouliização.
8. Lisboa é pioneira na criação de mecanismos de integração e participação cívica da população imigrante, com uma interacção positiva e reconhecimento da diferença.
9. Constata-se a ausência, até hoje, de discursos anti-imigração, havendo porém urgência na concretização de processos de requalificação urbana que facilitem a coesão social.
10. O Plano Municipal de Inclusão de Imigrantes ficou concluído em 30JUN15 e integra Eixo de Cidadania e participação, Eixo de Emprego e empreendedorismo, Eixo de Diversidade e diálogo inter-religioso e intercultural.
11. A participação cívica dos imigrantes, melhor ajudaria a combater sentimentos de xenofobia e facilitaria a sua integração social.

OPINIÃO dos RELATORES

1. do Sr. Deputado **Diogo Moura** (CDS-PP)

A imigração é tradicionalmente explicada pela combinação de três factores diferentes: as pressões demográficas, as necessidades da indústria ocidental e as dificuldades do Terceiro Mundo. A projecção sobre o futuro da evolução destas três variáveis conduz alguns a pensar que o aumento da imigração é inevitável e resulta fundamentalmente do contraste entre os países do Norte, com um alto nível tecnológico e industrial, baixa demografia, protecção social e bons salários, e os países do Sul com equilíbrios políticos frágeis, em expansão demográfica e com estruturas económicas pouco ou mal desenvolvidas.

Independentemente do sítio de onde se olhe, o fenómeno da imigração parece negativo. Quem pode achar normal que grupos populacionais, cada vez mais numerosos, sejam obrigados a expatriar-se porque não encontram no seus países de origem as condições de trabalho que lhe permitiriam ter uma existência decente? Os emigrantes não vêm para os países ocidentais por prazer ou por turismo, mas por pura necessidade, o que implica dizer que a sua expatriação não é o resultado de uma livre escolha. A imigração, neste sentido, é uma forma, entre outras, de deportação ou auto-deportação. As primeiras vítimas são os próprios imigrantes. O saldo final é, para eles, a perda da sua terra natal, a erosão das suas raízes, as dificuldades de inserção num meio estranho e, por vezes, hostil. Ao mesmo tempo, os países de origem perdem recursos e energia humana.

O facto de o debate sobre a imigração, na sociedade, se deslocar actualmente do político e do económico para o cultural e religioso é, por si, revelador. No tipo de sociedade em que vivemos, nada é mais susceptível de fazer renascer afirmações identitárias excessivas, diria mesmo patológicas, que a vontade de negar as diferenças normais e aniquilar as comunidades em proveito de um modelo único, quer este seja centralista ou individualista. A assimilação produz a revolta e a crispação, a menos que se transforme numa anomia social. Todo o excesso num sentido induz ao excesso inverso: os extremos confortam-se mutuamente. Pelo contrário, os grupos etno-culturais diferentes serão melhor integrados se livremente conservarem uma articulação comunitária forte.

O modelo proposto consiste em procurar a integração, não apesar ou contra as suas origens, mas graças a elas. É um desafio para o pluralismo. O multiculturalismo implica autonomia, à falta da qual pode desembocar no multiracismo. O debate realizado foi demonstrativo do interesse e atenção que as entidades responsáveis, em Lisboa, dispensam ao fenómeno.

2. da Sr.^a Deputada **Isabel Pires** (BE)

Já analisadas as várias condicionantes que provocam os fluxos migratórios, importa olhar para o futuro e para aquilo que importa fazer. Há, de facto, que deslocar a discussão das questões culturais e possíveis pontos de fricção e focar a discussão e a consciencialização dos municípios para as questões laborais, de interculturalidade e de direitos humanos.

Já foi apercebido, em especial nesta sessão, que as reacções dos portugueses são ambivalentes e, por isso, será da maior relevância focar nas reacções mais « positivas » nesta matéria : que os imigrantes têm um papel importante na vida cultural e económica do país e da cidade. Importa, portanto, promover formas de acesso ao trabalho com direitos, para que situações económicas precárias não fomentem situações de vida também precárias.

Por outro lado, a integração das comunidades imigrantes passa, de forma muito importante, pela integração nos vários mecanismos de participação política democrática, visto ter sido identificado como um dos focos de exclusão (e auto-exclusão) da comunidade circundante. Medidas como o direito de voto ou a promoção de associações de cariz mais política ajudariam ao maior interesse em participar na vida comum da cidade, fomentando o multiculturalismo e ajudando a rebater o racismo e xenofobia.

Assim, enquanto conclusão desta sessão temática penso serem fundamentais as propostas do PMII na área da participação cívica e importa reforçar as medidas que incidem sobre o trabalho e educação, pilares essenciais para a construção de uma vida digna. Um última palavra para ressaltar o mérito desta sessão temática em nos fazer compreender melhor as dinâmicas demográficas, bem como as dinâmicas ao nível da opinião sobre a imigração, instrumento da maior importância para pensar as políticas públicas para o futuro.

A 4.^a Sessão

Demografia e migrações em Lisboa – O que fazer

A Sessão foi moderada pela Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Deputada Helena Roseta e contou com a participação dos seguintes oradores convidados:

Dr. André Costa Jorge:	Serviço Jesuíta aos Refugiados, membro do CMIC – Conselho Municipal de Interculturalidade e Cidadania;
Eng. ^a Marluci Menezes:	LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
Dr. Pedro Calado:	Alto Comissário para as Migrações;
Dr. ^a Carmen Maciel:	CESNOVA – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
Arq. ^o João Carlos Afonso:	Vereador dos Direitos Sociais na Câmara Municipal

O Debate, à semelhança de outros já realizados, dividiu-se em três partes.

Primeira Parte

A Sr.^a **Presidente da Assembleia Municipal** introduziu o tema da Sessão, apresentou os Oradores convidados e os Relatores designados e explicou a metodologia do Debate e os tempos de intervenção de cada um dos intervenientes.

Frisou a importância dos contributos, em especial dos oradores convidados, para a deliberação política que será elaborada no final deste Debate e votada na Assembleia Municipal. Informou ainda que no final das intervenções iria usar da palavra para apresentar um trabalho de recolha de informações versando a presença de naturais africanos em Lisboa.

Segunda Parte

RESUMO

Os oradores descreveram as acções desenvolvidas a nível local com o objectivo de promover e facilitar a integração dos imigrantes e melhor aproveitar as suas capacidades sociais, procedendo também a uma análise do conceito de cultura ou culturas migrantes, aplicável à cidade de Lisboa, referindo a interculturalidade como matriz simbólica que faz parte da identidade de Lisboa e defendendo a dimensão intercultural como potencial de atracção num mundo globalizado.

Referiram a existência de novos surtos migratórios, os estudantes internacionais e os Reformados do Norte da Europa, dinamizadores das economias e vivências locais.

Sublinharam ter ocorrido estatisticamente uma diminuição do número absoluto de imigrantes, há que ter em conta que desde 2007 Portugal já atribuiu a nacionalidade portuguesa a mais de 300 mil pessoas e notaram que o crescimento da visibilidade da produção cultural imigrante não pode deixar de ser associada à emergência de uma imagem de país acolhedor e multicultural

Decorreram então as intervenções dos oradores convidados que disseram:

1. O Dr. André Costa Jorge:

Como ponto de partida referiu a sua experiência no Serviço Jesuíta aos Refugiados em Lisboa, cidade exposta ao mundo, à permanência de populações muito diversas, referindo a evolução das migrações entre 1980 e a actualidade, comparando o drama dos *boat people* no Sudeste Asiático ao drama dos refugiados e migrantes que agora vão chegando à Europa.

Este Serviço uma organização humanitária para dar voz às pessoas que não têm voz e que encara a migração como uma oportunidade e não como um problema. Na sua busca dramática de melhores condições de vida, os migrantes são um imenso potencial de oportunidades e é nesta perspectiva que o Serviço trabalha.

As situações são analisadas em função das qualificações e potencialidades das pessoas tentando integrá-las no mercado de trabalho. Exemplificou com projectos apoiados pela Fundação Gulbenkian e outros com o apoio da Câmara Municipal que acolheu cerca de 344 migrantes em situação de Sem Abrigo. Foi desenvolvido também um Gabinete de apoio a questões legais e documentais, com intervenção nomeadamente na área da saúde e no auxílio para o reagrupamento familiar.

O Projecto *Casa em Ordem*, igualmente com o apoio da CML, promove a formação de mulheres migrantes, procurando aproveitar e recuperar as competências existentes ou apostando na requalificação.

O Projecto *Capacitação for the job*, com o apoio da empresa Jerónimo Martins procura dar resposta a jovens desempregados.

O Projecto *Ser e Cuidar*, que ganhou em 2014 o Prémio Agir da REN, e que forma cuidadoras de idosos.

O Projecto *Sementes de Esperança* que conta também com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa e que providencia espaço habitacional de transição.

Em resumo, a intervenção do Serviço passa por olhar para as pessoas a partir das suas enormes potencialidades, fazer um diagnóstico a todas as necessidades e encaminhar de acordo com a situação concreta, visando a sua integração na sociedade.

Não se deverá esquecer que os imigrantes representam já 4% dos habitantes em Portugal e são 7% da população na Área Metropolitana de Lisboa.

2. A Sr.^a Eng.^a **Marluci Menezes**

Centrou a sua intervenção no conceito de cultura ou culturas migrantes. A partir do Programa Lisboa 2020, onde se refere o papel da interculturalidade como matriz histórica e simbólica que faz parte da identidade de Lisboa, defendeu a ideia da dimensão intercultural como um recurso e um potencial de atracção e de afirmação num mundo globalizado.

Segundo define a União Europeia, uma cidade intercultural, é uma cidade com diferentes nacionalidades, culturas, línguas e religiões e é também uma cidade que combate a discriminação e que adapta a governação a uma população diversificada, que tem estratégias para lidar com o conflito e que incentiva a interacção.

A interculturalidade materializa-se na história, na memória e no património, importando sobretudo a comunicação entre culturas, o que se manifesta já em Lisboa e de que é exemplo o festival **Misturas** realizado na Mouraria e dinamizado pela Associação Sons da Lusofonia.

Não basta falar de Lisboa como uma cidade cosmopolita e tolerante, é necessário ir mais longe e criar um foro intercultural, uma fusão que ultrapasse o entendimento da diversidade cultural como mera manta de retalhos, como uma sobreposição de culturas mostradas periodicamente em espectáculos. É necessário construir um património intercultural para além da festa, que foque as várias culturas e o quotidiano dos migrantes.

Um olhar sobre o percurso histórico e político da perspectiva que Lisboa tem sobre estas matérias mostra que se passou de uma visão de cidade de culturas para, a partir de 2012, uma visão de cidade de cultura e intercultural.

Há uma construção de um património, fruto das aprendizagens que os migrantes vão fazendo e dos conhecimentos de que são portadores à chegada, reinventando assim a própria cidade.

Incluir e integrar, favorecer o sentimento de pertença, contribuir para a criação de uma cultura urbana comum, singular mas que todavia é plural, é um imperativo para nós, Homens e Mulheres de Lisboa.

A valorização desse património passa pela sensibilização e consciencialização de todos sobre as causas reais dos fenómenos migratórios, pela criação de uma plataforma intercultural, ou mesmo pela criação de um museu das migrações.

No fundo, a partir do património já construído, pretende-se uma estratégia que facilite o sentido do ser migrante.

3. O Sr. Dr. **Pedro Calado**

Atendendo ao facto de o tema **Demografia e Migrações** ser actualmente muito debatido na esfera pública e num contexto de grave crise internacional, alertou para a possibilidade de se verificar uma contaminação nos discursos e surgirem preconceitos em relação à população migrante, responsabilizando-a pelos problemas.

Apresentou um relatório estatístico cobrindo os dados até ao Censo de 2011, relatório esse que parte de dados do INE e de registos do SEF, onde se constata que a partir de 2009 há uma ligeira tendência de queda no número de residentes estrangeiros em Portugal, embora Lisboa contrarie essa tendência.

Relacionando esses dados com o significativo fluxo de saída de portugueses, podemos considerar que a demografia portuguesa está numa situação deficitária, com saldo migratório negativo, mas também um saldo natural negativo, dados que são fundamentais para qualquer projecção futura.

Nesse sentido, Lisboa vai precisar de mais imigrantes para fazer face às necessidades.

Referiu ainda a existência de novos surtos migratórios, os estudantes internacionais ou investigadores, ou os reformados do norte da Europa, que, nalgumas zonas, são um claro dinamizador das economias e vivências locais.

Embora estatisticamente se possa falar de uma diminuição do número absoluto de imigrantes, será necessário ter em conta que desde 2007 Portugal já atribuiu a nacionalidade portuguesa a mais de 300 mil pessoas, situação que também representa um novo desafio do ponto de vista da participação cívica e política.

Sob o ponto de vista etário, os imigrantes são mais novos que os residentes, tendo um papel no rejuvenescimento da população.

Ocupam áreas de trabalho claramente deficitárias e menos qualificadas, embora de um modo geral tenham qualificação superior aos nacionais. O contributo líquido dos imigrantes para a Segurança Social foi sempre muito positivo.

Referiu a parceria entre o ACM, o SEF e a DGCACCP do Ministério dos Negócios Estrangeiros que permite gerir de forma integrada o binómio emigração e imigração, sendo o ACM responsável pela estratégia nacional para a integração das comunidades ciganas até 2020, pelo programa **Escolhas** e pela implementação do Plano Estratégico para as Migrações até 2020.

A nível nacional, Portugal apresenta um trabalho interessante, fruto da nossa história migratória, de um forte consenso político e do facto de a opinião pública ser favorável à imigração.

4. A Sr.^a Dr.^a **Carmen Maciel**

Focou as causas económicas, sociais e culturais que estão na origem do *deficit* demográfico que Portugal enfrenta e que se agravou com a crise. Um olhar sobre o nosso saldo migratório define a urgência que o país se torne novamente atractivo, apostando no papel sistémico das migrações, propiciadores de fluxos de ideias, de produtos culturais e de pessoas, criando infinitas oportunidades e desafios.

Centrando a sua intervenção na comunidade lusófona e respectivas dinâmicas simbólicas, políticas e culturais, começou por salientar a mudança de narrativas dominantes para perspectivas menos exclusivas e a proliferação de iniciativas que mostram bem a diversidade como factor de enriquecimento.

Ao lado de medidas a nível nacional verifica-se a criação de estruturas de participação e de oportunidades, tónica que tem norteados diferentes decisores políticos, e que têm permitido afirmar a comunidade lusófona, como força mobilizadora.

A participação dos imigrantes dos países de Língua Portuguesa traduz-se também em diversas manifestações culturais, na produção de materiais sobre os seus países, bem como na introdução de música com marcada etnicidade.

O crescimento da visibilidade da produção cultural imigrante não pode deixar de ser associada à emergência de uma imagem de país acolhedor e multicultural.

Frisou a importância das instituições ligadas à lusofonia, associações migrantes e as diversas manifestações culturais, na maior visibilidade dos seus produtos culturais, com impacto em alterações legislativas, contribuindo para a aceitação da normalidade daquilo que é diverso.

Alertou ainda para a necessidade de Portugal e Lisboa de serem uma rampa de lançamento na divulgação das suas obras e no estabelecimento de redes transnacionais, ou no recrutamento de colaboradores, aproveitando as estruturas de participação e de oportunidades existentes. Para tal, impõe-se potenciar a cooperação com os países de Língua Portuguesa, através da CPLP, do Instituto Camões e da UCCLA.

Relevou a necessidade de facilitar a circulação de pessoas e bens no espaço lusófono, nomeadamente a partilha cultural, que poderia ser efectivada por um selo CPLP, que identificasse e certificasse as obras culturais e propiciasse a sua circulação sem restrições alfandegárias.

Chamou finalmente a atenção para os aspectos do papel a desempenhar pelos meios de comunicação, como veículo de formação crítica, eliminando preconceitos e discriminação e a implementação de um programa de cooperação universitária, um ERASMUS na CPLP, permitindo a partilha de saberes, de investigação e das boas práticas das instituições.

5. Sr. Arq.º **João Carlos Afonso**

A importância da imigração em Lisboa pode ser facilmente verificável pelo facto que, dos cerca de 500.000 habitantes de Lisboa, 50.000 são imigrantes, dos quais 70% são trabalhadores activos. 25% da população lisboeta tem mais de 65 anos e mais de 20% das crianças nascidas em Lisboa têm pelo menos um dos progenitores imigrante.

Referiu o Plano Municipal de Integração dos Imigrantes, frisando os apoios e parcerias com diversas pessoas e organizações, como a Associação de Solidariedade Imigrante, a Associação Cabo-Verdiana, a Cultureface e o Serviço Jesuíta aos Refugiados.

Referiu a importância que tem a formação dos técnicos das várias instituições que trabalham na rede social, forma de preparar o futuro.

O Plano Municipal de Integração dos Imigrantes em Lisboa pretende não apenas integrar população imigrante, mas também as segundas e terceiras gerações, de todas as minorias étnicas e religiosas. É um Plano para a diversidade e interculturalidade.

É necessário ter uma estratégia reconhecível e partilhada, onde se saiba o que cada um pode fazer, o que se espera que o município faça e a permanente avaliação do trabalho realizado.

Entre as medidas a implementar no Plano constam as diversas dimensões da cidadania e dos direitos sociais, no trabalho pela igualdade, promoção da coesão e combate aos preconceitos e discriminação.

Referiu finalmente o Projecto DELI, estratégia de apoio ao trabalhador imigrante e que Lisboa coordena, e a importância do trabalho através da Rede Portuguesa das Cidades Interculturais e da rede Conselho da Europa para as Cidades Interculturais.

Terceira Parte

Intervieram os seguintes membros da audiência/público:

O Sr. Deputado **José Leitão** (GM-PS)

A Sr.^a Dr.^a **Teresa Mendes** (Presidente CPR)

A Sr.^a Deputada **Deolinda Machado** (GM-PCP)

O Sr. Deputado **Sobreira Antunes** (GM-PEV)

O Sr. Deputado **Frederico Lyra** (GM-PEV)

A Sr.^a **Presidente** da Assembleia, Deputada **Helena Roseta** (Ind.^{te} e. p. l. PS)

SINOPSE

Os diversos intervenientes referiram o facto de o nosso tempo se caracterizar por mudanças profundas que os movimentos migratórios espelham, o que constitui um desafio à construção de sociedades mais universalistas, tolerantes e multiculturais, visando a plena integração e a coesão social.

Em Lisboa e na Área Metropolitana de Lisboa existe grande diversidade de comunidades migrantes, com maior peso dos países lusófonos, pelo que se justifica a construção da Comunidade Lusófona, com preocupação pela defesa dos direitos humanos, assim como a necessidade de uma Carta de Direitos de Cidadania no quadro da CPLP.

Foi referida a discriminação existente no Rendimento Social de Inserção, pois a legislação diferencia cidadãos, quando os direitos deveriam ser iguais para todos.

Mereceu especial atenção o caso dos refugiados, origem dos actuais movimentos migratórios, registando-se o seu um aumento dramático a partir de 2013.

Neste contexto foram denunciadas algumas causas e consequências económicas e sociais das políticas europeias e portuguesa, de que é exemplo dramático a tragédia no Mediterrâneo, bem reveladora da inabilidade da comunidade internacional em se solidarizar ou pacificar os conflitos que foram surgindo muitas vezes por ingerências externas, com objectivos de controlo de recursos ou de posições geoestratégicas. Referiu-se, embora com críticas e reservas, a elaboração da Agenda Europeia para as Migrações, que assenta nos pilares de reforço do salvamento, combate ao tráfico e programas de reinstalação e acolhimento, devendo cada país assumir as suas responsabilidades.

Foi bastante referido o facto de Portugal ser um país de emigração e imigração, revelando as causas desses processos algumas semelhanças, a esperança numa vida segura e o direito de lutar por melhores condições de vida.

O imigrante prova a existência de uma situação económica e social de carência no país de origem, que abandona pela procura de paz, emprego e dignidade.

Foram várias as referências às vantagens que os imigrantes podem trazer para Portugal, pois a diversidade cultural é factor de enriquecimento humano, mas também na revitalização da economia.

Sendo Portugal um país solidário e respeitador dos direitos humanos, deve estar à altura das tarefas e responsabilidades que actualmente se enfrentam.

Por último, a Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal, Deputada Helena Roseta, apresentou um conjunto diversificado e de grande interesse de diapositivos e gravuras, versando a memória africana de Lisboa, referindo as profundas marcas na cultura popular lisboeta deixadas pelos escravos negros, imagens que lembram as vivências, sofrimentos, tradições religiosas e figuras carismáticas. Fez uma proposta para que se concretize um projecto de retomar a verdade histórica relativamente ao percurso dos negros em Lisboa e desconstrução da imagem da época da escravatura que 500 anos depois ainda tem impacto na manifestação das mentalidades relativamente ao negro/preto. Esta proposta de não apagar a memória é fundamental, pois só se prepara o futuro a partir da certeza do passado e Lisboa sempre foi palco de diferentes etnias e culturas, terra de chegadas e partidas *de muitas desvairadas gentes*, no dizer de Fernão Lopes.

Síntese Temática

Das intervenções dos Oradores e do público/audiência, ressaltam como essenciais as seguintes conclusões/propostas:

1. No actual contexto dramático de elevado número de refugiados, deve ser criada uma Plataforma constituída pela sociedade civil e entidades governamentais, alargada a vários municípios, que prepare, organize e regule o seu acolhimento, bem como uma carta de compromissos onde figure Portugal como país solidário e que respeita os direitos humanos. A Assembleia Municipal de Lisboa deve também ser parte nesse processo de construção dessa Plataforma
2. É necessário e urgente garantir a segurança e o respeito pela vida humana com direito ao trabalho e à inclusão social, em condições de igualdade e de solidariedade, como proclamam a Carta Universal dos Direitos Humanos e a Constituição da República Portuguesa.
3. Devem ser proporcionados espaços para a partilha de culturas, valorizando a diversidade cultural e a cooperação, bem como promover iniciativas para a participação dos imigrantes e minorias étnicas nos assuntos da cidade. O imigrante, como qualquer cidadão, tem direitos e deveres, e o seu envolvimento na vida da cidade deve fazer-se no respeito pelas suas tradições, mas exigindo o respeito pelos valores nacionais.
4. Necessário o fomento de políticas que promovam a integração social e a igualdade, garantindo o respeito pelos direitos sociais, laborais, económicos, sociais e políticos.
5. Considerando a grande importância do entendimento entre os países da Comunidade de Língua Portuguesa, foram sugeridas iniciativas, como um programa ERASMUS/CPLP, ou um programa PESSOA/CPLP *nunca um verdadeiro português foi português, foi sempre tudo*, a Casa de África como espaço partilhado pelo Município e por organizações, da identidade cultural em Lisboa e local de preservação da memória, da construção do presente e do futuro.

6. Para uma cabal resposta ao problema dos migrantes e refugiados, impõem-se algumas medidas de reforço dos programas de reinstalação e de reagrupamento familiar, evitando demoras no processo, assim como a criação de um Visto humanitário para situações de emergência social.
 7. As tarefas de acolhimento e de integração não devem ser apenas asseguradas pelos Estados, devendo ser responsabilizada a sociedade civil, inclusivamente através de patrocínios de entidades privadas e de Empresas.
-

OPINIÃO das RELATORAS

1. da Sr.^a Deputada Ana Páscoa:

Esta sessão que encerra o Debate Temático **Demografia e Migrações** mostrou claramente a importância e relevância da discussão sobre estas matérias, e o consenso da AML em relação à criação de uma sociedade multicultural, valorizadora da diversidade étnica, religiosa e cultural, uma sociedade que acolha os imigrantes, proporcionando a todos condições de integração e dignidade. Este debate foi também um contributo importante para a denúncia de situações e para a sensibilização de todos para a necessidade de agir, combatendo preconceitos e discriminação ainda existentes.

Os movimentos migratórios constituem um dos factores mais importantes nas mudanças que os países foram sofrendo, ao longo dos séculos, conduzindo a sociedades mais ricas, sob o ponto de vista social e cultural. Com efeito, é do confronto e da diversidade, da partilha de valores, padrões de cultura, normas ou comportamentos, que se pode construir uma sociedade mais livre e justa, uma sociedade aberta a acolher e valorizar o diferente.

Os imigrantes que aportam ao nosso país procuram uma vida com direitos, melhores condições de vida, paz e uma vivência consentânea com a dignidade do ser humano, mas a realidade que encontram nem sempre é positiva: não nos devemos esquecer que Lisboa não se soube organizar para aproveitar as qualificações de trabalhadores imigrantes, sobretudo da Europa de Leste, alvos fáceis do mercado clandestino, sujeitos a uma exploração agravada pela sua condição. Esta situação é hoje minorada pela existência de projectos orientados nesse sentido, quer por parte dos serviços da Câmara, quer pelas associações que trabalham no terreno.

Os imigrantes alteraram a realidade da cidade, pelo que importa desenvolver iniciativas e políticas para a sua participação nos assuntos das freguesias e cidade, visando uma melhor integração.

O debate focou também a condição dos refugiados, problema que nos nossos dias assume um carácter dramático, com milhares de pessoas a tentar entrar na Europa, resultado dos conflitos gerados nos seus países pelas ingerências externas das grandes

potências, que procuram o controlo dos recursos e o reforço das suas posições geoestratégicas.

Neste contexto, não se pode deixar de denunciar as políticas de governos europeus, subordinadas ao paradigma da vigilância e repressão, bem como a Agenda Europeia para as Migrações 2015, vocacionada para o controlo das fronteiras externas da União Europeia, para a perseguição e repressão, e não para salvar, integrar ou acolher os imigrantes e refugiados. A Agenda não reforça os canais para a migração segura, sobretudo para os imigrantes não qualificados ou para os que procuram o agrupamento familiar, como defendido pelo Alto Comissariado da ONU para os Refugiados.

Em conclusão, é necessário garantir a todos os imigrantes e refugiados, através de políticas que promovam a integração social, segurança e o respeito pela vida humana, com direito ao trabalho e inclusão social, em condições de igualdade e solidariedade, como proclamam a Carta Universal dos Direitos Humanos e a nossa Constituição.

2. da Sr.^a Deputada Floresbela Pinto

A organização deste debate temático, subordinado ao tema, Demografia e Migrações, constitui só por si, a expressão do reconhecimento por parte da AML, da importância desta problemática no actual contexto da nossa vivência colectiva, mas constitui também, o assumir da sua responsabilidade, na resolução dos problemas, que hoje e de forma cada vez mais dramática se colocam nesta área, fruto de causas socioeconómicas e políticas, para as quais, a Europa de fazemos parte, se tem revelado completamente incapaz de responder de forma positiva e consequente, em óbvia contradição com a sua matriz histórica e cultural

Portugal possui antecedentes históricos, no domínio da interculturalidade, que lhe permitem, talvez com mais facilidade, entender este fenómeno, daqui resultando uma responsabilidade acrescida, no ultrapassar dos constrangimentos que surgem no terreno.

Verifica-se hoje na Área Metropolitana de Lisboa e em Lisboa, a existência de uma diversa e alargada comunidade de migrantes, onde a componente lusófona assume uma expressão significativa, a qual, de acordo com os dados do município, representa cerca de 10% da população da cidade, em que 70% são trabalhadores activos, sendo de salientar, que mais de 20% das crianças nascidas em Lisboa, têm pelo menos um dos progenitores imigrante.

Registamos de forma positiva o papel do município neste campo, ao privilegiar as intervenções relacionadas com o diálogo intercultural e inter-religioso, no quadro do Plano de Acção dos Direitos Sociais, 2014 a 2017, com o qual se pretende, não só integrar a população imigrante, mas também, as segundas e terceiras gerações de refugiados, de todas as minorias étnicas e religiosas, configurando deste modo, um Plano para a diversidade e interculturalidade.

Mas também registamos, o papel importantíssimo desenvolvido pelas instituições aqui representadas neste debate, cujo esforço deve inserir-se numa estratégia comum, onde a CML tem de ter uma participação particularmente activa,

Por outro lado, dados apurados com base no censo de 2011, apresentados neste debate, demonstram que apesar de a nível nacional, se verificar um ligeiro decréscimo no número de residentes estrangeiros em Portugal, Lisboa contraria essa tendência.

De facto, cruzando esses dados com o significativo fluxo de saída de portugueses, podemos considerar que a demografia portuguesa está numa situação deficitária: há um saldo migratório negativo, mas também um saldo natural negativo. Nesse sentido, Lisboa vai precisar de mais imigrantes para fazer face às suas necessidades.

Do acompanhamento do debate e das intervenções dos participantes, parece poder inferir-se que, apesar da imagem de Lisboa, de cidade tolerante e aberta, que efectivamente é, muito há ainda por fazer, para integrar aqueles que nos escolhem na esperança de um futuro melhor.

Neste contexto, caberá a todos nós, de forma singular ou colectiva, assumir as nossas responsabilidades neste processo de integração humana e cultural, de que tanto precisamos e que só nos poderá deixar mais enriquecidos enquanto povo e nação.

Das Sínteses Temáticas das 4 Sessões deste Debate, devem retirar-se as seguintes Conclusões e Recomendações a apresentar à Câmara Municipal de Lisboa:

Conclusões

Extraem-se das peças deste Debate, as seguintes Conclusões principais:

1. As migrações radicam muitas vezes nas desigualdades, nos desequilíbrios crescentes entre continentes e países e onde se desenvolvem guerras, agressões e ocupações;
2. Deverão ser promovidas políticas de desenvolvimento e fomento activo da paz e da justiça;
3. As motivações das migrações resultam da procura da melhoria de condições de vida e de trabalho, não tendo havido em determinados países ou regiões de origem, esforços reais para modificar as suas causas;
4. Deverá ser efectuado um levantamento do estado actual e real dos imigrantes que residem ou trabalham na cidade de Lisboa;
5. Para que as migrações constituam parte da solução para a baixa da natalidade e envelhecimento da população, típicos de países desenvolvidos, é necessário um diagnóstico de base estatística sobre o fenómeno. Em termos mundiais não há recessão populacional, sendo necessário a redistribuição desses recursos, à escala global;
6. Portugal encontra-se entre os países da Europa com mais emigração e menos imigração, sabendo-se porém pouco sobre o Concelho, Distrito ou Região exacta de origem das pessoas que entram nos países de acolhimento, para que não se percam as raízes de Família dos descendentes dos imigrantes;

7. Não é apenas o retorno de emigrantes que vai equilibrar o saldo migratório mas sim que Portugal se torne de novo atractivo para a imigração;
8. Não devem existir distinções e tratamento desigual entre os cidadãos, não submetendo os de origem migrante a um Plano ou serviço especializado, mas sim de carácter nacional, para haver verdadeiras políticas de inclusão e conformação aos princípios da igualdade;
9. Deve promover-se a entrada legal de imigrantes na Europa, podendo os que se encontrem em Portugal, legalizar as suas permanências e tornarem-se cidadãos, sem haver estatutos de portugueses antigos e novos;
10. As economias urbanas dependem cada vez mais da criatividade e é neste contexto que as migrações passam a ser vistas como um recurso com alcance estratégico;
11. O suplemento de oferta que Lisboa ganha com a imigração, corresponde sobretudo a um enriquecimento da infra-estrutura de comércio banal e da componente cultural e criativa;
12. Nos inquéritos europeus os Portugueses distinguem-se pela elevada aceitação de diversidade, sendo o cosmopolitismo e a interculturalidade usados como plataformas de projecção da cidade, incorporando os legados históricos como mecanismos da produção cultural pelos migrantes;
13. Lisboa, pela experiência de acolhimento de imigrantes, adquiriu capacidades específicas em termos de culturais e de relações transnacionais, únicas no contexto europeu;
14. Deve ser desenvolvido um esforço de integração e de maior participação dos imigrantes, em órgãos ou Listas de representação política e cívica;
15. A exigência legal de reciprocidade nos Estados de origem dos migrantes, para em Portugal lhes serem concedidos direitos de cidadania, deve ser abolida;
16. Deveriam existir formas de encorajamento dos imigrantes à participação em organizações cívicas ou nos partidos políticos e reconhecimento dos seus direitos de manifestação e de petição;
17. Os cidadãos dos países de Língua Portuguesa devem beneficiar de direitos políticos superiores, no sentido de concretização da cidadania lusófona, devendo as disposições dos acordos com o Brasil, serem generalizadas a outros países de Língua Oficial Portuguesa;
18. Quando a diferença e a origem são motivo de exclusão política e o racismo subsiste não há verdadeira igualdade;
19. A questão do género, do posicionamento socioeconómico, da origem étnica, assim como a língua ou a nacionalidade, não deverão constituir causas de segregação;
20. Verifica-se nos Partidos políticos e na vivência cívica uma falta de representação de imigrantes;
21. Os portugueses reconhecem que a imigração enriquece a vida cultural e económica do País, considerando importante a aprendizagem da cultura portuguesa pelos imigrantes e favorecem a sua integração através do respeito pelas diferenças e simultaneamente pela adequação dos imigrantes à cultura local;

22. Entendem também correcta a equiparação de direitos entre Portugueses e imigrantes, traduzível num enorme apoio à reunificação familiar, ao direito de voto e capacidade eleitoral activa e passiva e mesmo à naturalização;
23. Lisboa, como outras metrópoles, é polo de atracção e de fixação de populações migrantes, o que intensifica a diversidade cultural, étnica e religiosa, enriquecendo o espaço de cidadania;
24. Para uma cabal resposta ao problema dos migrantes e refugiados, impõem-se medidas de reforço dos programas de reinstalação e de reagrupamento familiar, evitando demoras no processo, assim como a criação de um Visto humanitário para situações de emergência social.

Recomendações

Atendendo ao conjunto de contribuições recolhidas nas sessões relativas ao Debate Temático, *Demografia e Migrações*, Recomenda-se à Câmara Municipal de Lisboa que:

1. No actual contexto dramático de crise de refugiados, deve ser desenvolvida a Plataforma constituída pela sociedade civil, entidades governamentais e municipais, integrando Lisboa, para preparar, organizar e regulamentar o seu acolhimento, bem como Carta de Compromissos onde Lisboa e Portugal figurem e actuem de forma solidária e respeitadora dos direitos humanos. A Assembleia Municipal de Lisboa deverá ser também, parte desses processos;
2. Devem ser proporcionados em Lisboa, espaços para a partilha de culturas, valorizando a cooperação e a diversidade cultural e bem assim a promoção de iniciativas para o envolvimento dos imigrantes e outras minorias étnicas nos assuntos da cidade, no respeito pelas suas próprias tradições e pelos valores nacionais;
3. Considerando a grande importância do entendimento entre os países da Comunidade de Língua Portuguesa, sugerem-se iniciativas municipais pluriculturais, como um Programa ERASMUS/CPLP, (ou um Programa PESSOA/CPLP *nunca um verdadeiro português foi português, foi sempre tudo*) e como a Casa de África, ou de outros continentes, em Lisboa, espaços partilhados pelo Município e por organizações da identidade cultural, actuando como locais de preservação da memória e de construção do futuro.

Este **Relatório Global**, assim como as respectivas Conclusões e Recomendações, foi/ram Aprovado/as em reunião de 4DEZ15 da 6.ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania, pela UNANIMIDADE das/os Deputadas/os, presentes na mesma reunião.

Os diferentes Grupos Municipais e Deputados Independentes representados na Comissão, reservam para Plenário a expressão do seu sentido de Voto

O presente Relatório vai subscrito pelas/os seguintes Sr.^{as} e Sr.s Deputadas/os:

Os Deputados-Relatores da 1.^a Sessão

João Magalhães Pereira

José Roque Alexandre

Os Deputados-Relatores da 2.^a Sessão

Miguel Santos

José Moreno

Os Deputados-Relatores da 3.^a Sessão

Diogo Moura

Isabel Pires

Os Deputados-Relatores da 4.^a Sessão

Ana Páscoa

Floresbela Pinto

O Presidente da Comissão de Direitos Sociais e Cidadania

João Magalhães Pereira